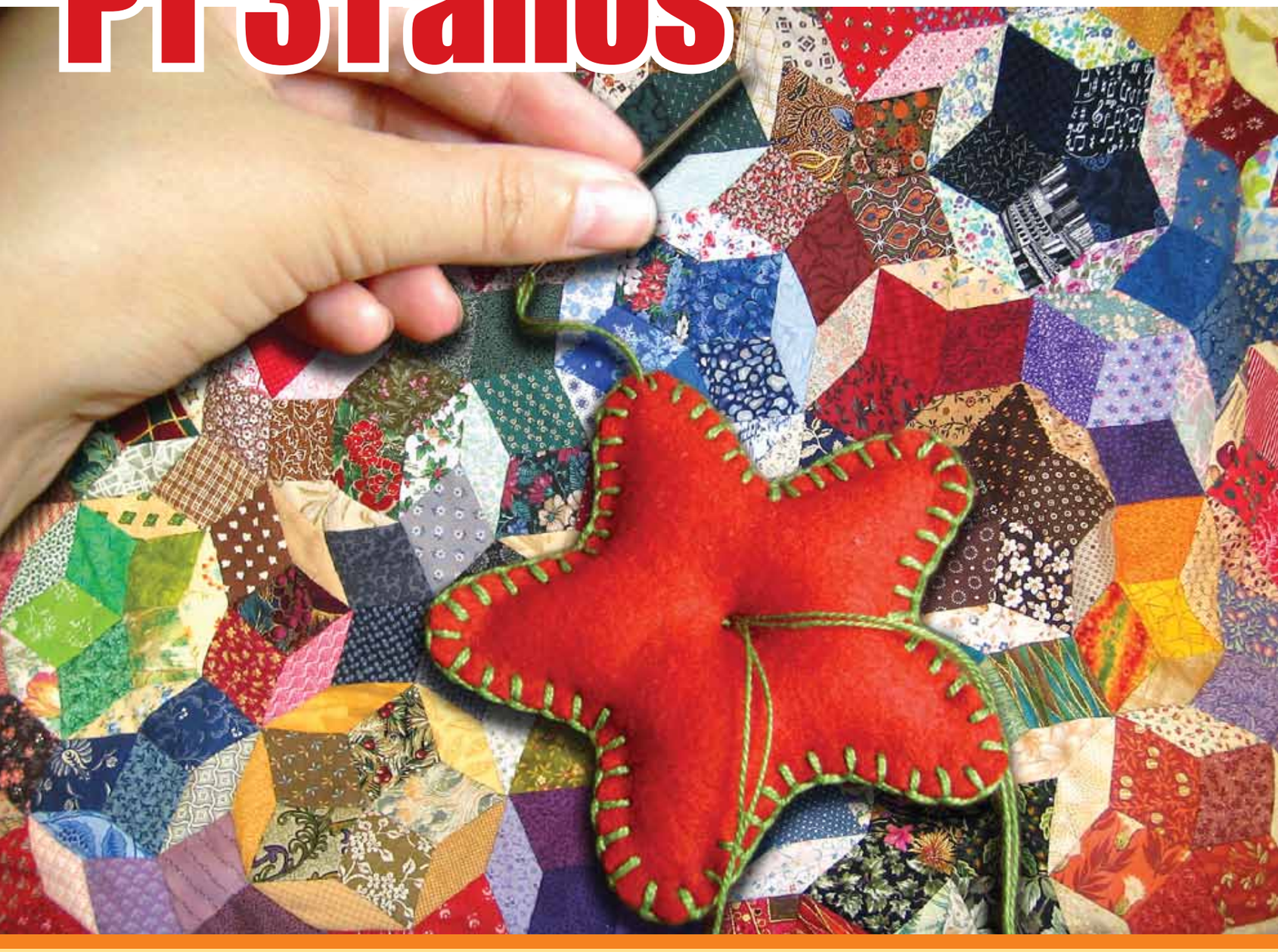
Página PT 13

Nº 94 FEV/2011

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

PT 31 anos



- **Reforma urbana para enfrentar as catástrofes** Págs. 3 e 4
- **Debate sobre política educacional e Prouni** Págs. 5 e 6
- **Plenária nacional de mulheres da AE** Pág. 20

Revolta do povo assusta direita

Págs. 16 e 17

EDITORIAL

UM ANIVERSÁRIO E O QUE VIRÁ

No dez de fevereiro de 2011, o PT comemora seus 31 anos. Seja porque elogio em boca própria é vitupério, seja porque não gostamos de reforçar a idéia segundo a qual o PT tem um longo passado pela frente, optamos por manifestar alguns desejos.

Desejamos que o PT faça, de sua presença em alguns instituições importantes do Brasil, um ponto de apoio na luta da classe trabalhadora pelo poder. Nosso país está longe, muito longe, de ser um país democrático. A maioria dos vereadores, prefeitos, governadores, deputados e senadores pertencem a setores sociais que são numericamente minoritários. As mesmas minorias que controlam a maior parte da burocracia de Estado, do judiciário, dos comandos militares, dos meios de comunicação.

Desejamos que o PT implemente um programa de transformações estruturais no Brasil, que altere qualitativamente a distribuição da riqueza, da renda, da propriedade. Nosso país está longe, muito longe, de ser um país socialmente justo, muito menos igualitário. E as políticas sociais que implementamos desde 1 de janeiro de 2003 reduziram a desigualdade entre os que vivem de salário. Mas os ricos, nas insuspeitas palavras do ex-presidente Lula, nunca ganharam tanto.

Desejamos que o PT continue lutando pelo socialismo, por uma sociedade sem exploração nem opressão, baseada na propriedade social dos grandes meios de produção, no planejamento democrático ambientalmente orientado, na mais radical democracia e no internacionalismo. A crise que vivemos hoje, econômica, política e militar, é uma demonstração a mais de que precisamos superar o capitalismo e construir outra ordem.

Desejamos que o PT continue internacionalista, evitando as tentações de quem nos deseja governando uma potência emergente, que fará amanhã o que nos fizeram ontem. A esquerda do mundo inteiro olha, com curiosidade e esperança, para o que acontece na América Latina e Caribenha. E os povos da América Latina e Caribe acompanham cada vez mais o que ocorre no Brasil. Nem por isso somos modelo para ninguém, seja por que erramos muito, seja porque não há como exportar nossa sociedade, nossa história, nossos costumes. Mas temos e devemos ser solidários, companheiros, internacionalistas, antimperialistas.

Desejamos que o PT continue sendo a voz das classes trabalhadoras brasileiras, especialmente dos negros, das mulheres, dos jovens, de todos e de todas as vítimas do preconceito, da homofobia, do sexismo, da violência, da exploração e da opressão.

E desejamos, finalmente, que o PT não faça loas ao seu passado. E sim cuide de construir seu futuro, pois assim estaremos contribuindo para o futuro da esquerda em nosso país, em nosso continente e no mundo inteiro.

Viva o PT!

Viva a classe trabalhadora!

Viva o socialismo!

AGENDA 2011

6 de fevereiro: Forum Social Mundial em Dakar

10 de fevereiro: reunião do diretório nacional do PT

25 a 27 de fevereiro: Conferência da AE em Natal (RN)

8 de março: dia da mulher

10 de abril: eleição presidencial no Peru

1 de maio: dia internacional de luta da classe trabalhadora

18 a 22 de maio: XVII Encontro do Foro de São Paulo, em Managua

MAIO
data limite para realização dos congressos de base (municipais ou regionais) da AE

30 de junho a 3 de julho: Seminário sobre governos progressistas e de esquerda na América Latina

JULHO
data limite para realização dos congressos estaduais da AE

Congresso da União Nacional dos Estudantes (data e local a confirmar)

VII jornada nacional de formação política da AE

AGOSTO
plenária estatutária da CUT (data e local a confirmar)

5 a 7 de agosto: Primeiro Congresso da Articulação de Esquerda

SETEMBRO
eleições presidenciais na Guatemala

16 a 18 de setembro: 4º congresso extraordinário do PT

OUTUBRO
eleições presidenciais na Argentina

NOVEMBRO
eleições presidenciais na Nicarágua

12 a 15: congresso da Juventude do PT (data e local a confirmar)

JANEIRO
oitava jornada de formação política da AE

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

As águas e a terra

*Aylton Silva Affonso**

Como eventos já previstos no calendário, o Brasil assiste nesse início de ano a mais uma série de desastres "ocasionados" pelas chuvas de verão: enchentes, deslizamentos, desbarrancamentos, a maioria deles em locais onde sempre se repetem, mas agora também em novas localidades. E adquiriram proporções dantescas na região serrana do Rio de Janeiro, onde o número de mortos, até o momento, chega a 845.

E dá-lhe o festival de explicações de especialistas, urbanistas, engenheiros, arquitetos, geólogos, que, de tanto repetidas, até as criancinhas já estão decorando, e que, com licença do trocadilho infame, já viraram "chover no molhado": "os morros não podem ser ocupados porque a terra fica instável sobre a rocha", "as margens dos rios são por natureza espaço para serem tomados pelas águas nas chuvas, e não poderiam ser ocupadas". Todos repetem que falta "planejamento", que o poder público não tem "vontade política" de resolver etc. Governantes dizem que isto é resultado do descaso anterior com o crescimento desordenado das cidades. Não faltam aqueles que dizem que a culpa é de quem insiste em morar no morro ou na beira do rio ou córrego – ainda que, desta vez, ao menos na tragédia do RJ, isto tenha sido deixado um pouco de lado, eis que foram atingidas inclusive casas, pousadas e hotéis de luxo. Só quando alguém resolve ouvir um morador chamado a deixar sua casa, é que este, numa realidade nua e crua, dará a pista que todos deveriam seguir para entender o problema: "estou aqui porque não tenho prá onde ir".

É certo que essas tragédias poderiam ser minimizadas, tivéssemos sistemas de prevenção e de alerta articulados; se tivéssemos aplicado mais recursos em soluções técnicas que pudessem tornar possível até mesmo a urbanização segura de algumas dessas áreas. Mas nunca é demais lembrar que as figurinhas carimbadas que vêm dar lição de moral na TV e jornais cobrando essas coisas, comparando com o que acontece com outros países, são as mesmas que pregam cotidianamente o corte de gastos públicos, como se tudo isto não custasse dinheiro.

O que fica evidente em tudo isso é que essas tragédias são causadas pelo processo de urbanização que prevalece no Brasil, marcado pela falta de controle sobre o uso e ocupação do solo urbano. Conhecida a causa, então, porque não conseguimos avançar nas soluções?

Essas tragédias são causadas pelo processo de urbanização que prevalece no Brasil, marcado pela falta de controle sobre o uso e ocupação do solo urbano. Conhecida a causa, então, porque não conseguimos avançar nas soluções?

A questão é a terra

Aí chegamos ao cerne da questão, aquilo que fica escondido no falatório geral: controlar a ocupação da terra significa contrariar poderosos interesses, que dirigem esse modelo de urbanização. Significa enfrentar a questão da terra e de sua propriedade, como objeto central de um mercado poderoso e socialmente excludente – o mercado imobiliário – cuja lógica baseada em ganhos especulativos se alimenta da supervalorização da terra urbana, e por conseqüente, da exclusão da maioria da população à mesma, ao menos àquela urbanizada e legalizada etc.

Essa lógica faz parte da natureza do processo de acumulação e de modernização capitalista no país, calcado no rebaixamento brutal da força de trabalho, e dos custos de sua reprodução – incluindo aí a moradia - "necessário" para viabilizar a industrialização baseada no processo de substituição de importações.

Ao lado da cidade produzida pelo mercado imobiliário formal, regrado pela legislação urbanística etc., foi se desenvolvendo uma ampla e por vezes maior cidade informal, nas periferias distantes e desassistidas, nas favelas e palafitas, nas beiras de córrego, nos altos dos morros, em áreas onde incidem legislações ambientais mais restritivas – que por conseguinte não interessam ao mercado imobiliário, e onde o valor é bem menor.

Estamos falando aqui não de uma pequena parte das cidades, de uma exceção ao que seria o "normal", mas daquilo que passou a ser a regra. Quantos milhões vivem nos morros do Rio de Janeiro? Ou nas favelas e na área de proteção aos mananciais na Grande São Paulo? Quantas dezenas de milhões moram em situação precária e irregular nas capitais nordestinas, nos municípios periféricos das Regiões Metropolitanas, nas periferias que se formam nas cidades médias que tem crescido de forma exponencial?

É fato que os programas do Governo Federal, tais como a ampliação do crédito imobiliário, a criação de uma política de subsídios inédita para a população de mais baixa renda, tais como no "Minha Casa, Minha Vida", ampliaram o acesso à habitação formal a mais camadas da classe trabalhadora. Mas paradoxalmente, alguns desses programas – em particular o "Minha Casa, Minha Vida" - povocaram um novo surto de valorização dos imóveis, por conta da falta de articulação com uma política urbana que freiasse os processos especulativos. São comuns as críticas de prefeitos que dizem não conseguir implantar projetos habitacionais pelo programa na faixa de renda de até 3 salários-mínimos, pela dificuldade de destinar terrenos a custos acessíveis. ⇨

⇨ E lembramos: terra urbana é antes de tudo localização, que é o que conta na valorização dos imóveis. As melhores localizações são objeto de disputa nas cidades, assim como se produzem permanentemente novas "boas localizações", através do direcionamento de investimentos públicos que valorizam determinadas regiões das cidades. A continuidade dessa lógica produz periferias cada vez mais distantes, imóveis vagos e vazios urbanos bem localizados, mas retidos pela especulação imobiliária, e mais ocupações de áreas de risco.

O mito da falta de planejamento

Não é por falta de leis e de "planejamento" que esta situação perdura. Não faltam leis para "planejar" as cidades, nem para punir irregularidades. A questão é que, desde sempre, as leis e planos nunca enfrentaram a questão da terra, e portanto sempre se restringiram a regrar apenas partes das cidades, aquelas construídas pelo mercado, e onde não cabem os excluídos da terra. E que, por insistirem em negar essa realidade flagrante, não conseguem eficácia na fiscalização.

Mesmo com todos os avanços legais que tivemos, fruto de décadas de luta dos movimentos sociais pela plataforma da Reforma Urbana – dos quais o mais significativo é o Estatuto das Cidades, reconhecidamente muito avançado, que regulamenta a função social da propriedade sacramentada na Constituição de 88 – o fato é que, ao fim e ao cabo, o Estatuto das Cidades foi uma daquelas leis que "não pegou".

Mesmo em cidades com governos mais progressistas, e com fortes movimentos sociais ligados á questão urbana, que ousaram elaborar Planos Diretores Municipais avançados com base no Estatuto, vemos que raramente, lá na "ponta", eles conseguiram mudar de forma mais estrutural suas cidades. Quantos são os municípios que conseguiram aplicar até o fim os instrumentos do Estatuto que penalizam a retenção especulativa de terras, que regulam o mercado no intuito de baratear o custo da terra e tornar viável sua destinação à habitação popular, por exemplo?

Fato sintomático: a Prefeitura de Teresópolis, após a tragédia, anunciou a desapropriação de uma fazenda na área urbana, para construção de 500 moradias aos desabrigados. Pois bem, isso é fato corriqueiro em nossas cidades? Quais governos, em situação normal, dispõem-se a tomar uma medida dessas, e depois ainda serem vitimados pela indústria da desapropriação, que chega a multiplicar os valores pagos e gerar precatórios altíssimos?

Não se trata de abandonar a luta pela implantação do Estatuto das Cidades – muito pelo contrário - mas entender os motivos pelos quais ele torna-se perigosamente, cada vez mais, apenas uma referência histórica.

Não se trata de abandonar a luta pela implantação do Estatuto das Cidades – muito pelo contrário - mas entender os motivos pelos quais ele torna-se perigosamente, cada vez mais, apenas uma referência histórica.

Recolocar a Reforma Urbana na pauta política

O nó do problema está em que, entre todas as "boas intenções" das leis e planos e sua aplicação efetiva, continua firme e forte a enorme barreira do poder social, econômico e político da propriedade da terra, entranhado na sociedade, e que, junto com as demais forças que orientam o crescimento das cidades brasileiras, tais como as grandes empreiteiras de obras públicas, continuam dando as cartas.

Nos últimos tempos, essas forças tem atuado firmemente na construção de um retrocesso político assustador, tanto nos governos municipais – inclusive muitos de nossos governos – cada vez mais prisioneiros de um pragmatismo atroz, com tintas de desenvolvimentismo, como no próprio governo federal: o Ministério das Cidades, cuja criação deveria servir para tirar da indigência a política urbana brasileira, foi novamente entregue a um empresário da construção civil, do PP.

Em paralelo a esse retrocesso, e por ele influenciado, os movimentos sociais dedicam-se cada vez mais às suas pautas exclusivas, seus projetos habitacionais e a questões pontuais.

O resultado é que a Reforma Urbana foi saindo da pauta política brasileira. Nas últimas eleições, a questão urbana, que como a realidade mostra deveria ganhar muito mais importância, foi praticamente esquecida, quando não resumida a pacotes de obras, necessárias mas insuficientes – eis que a questão fundiária foi solenemente esquecida. E isto vale para nossas candidaturas, também.

Recolocar a Reforma Urbana na pauta política é tarefa que urge. Para nós, petistas, para a esquerda no geral, é preciso lembrar que esta não é uma discussão de natureza técnica, de "especialistas". Também não pode ser considerada algo "secundário", ou que depende da Reforma Agrária, como muitos ainda pensam. O caos urbano nos nossos narizes, as tragédias que se sucedem, a discussão pública e de fundo, que pelo bem ou pelo mal, tudo isto poderia suscitar, deve servir para nos alertar que as condições objetivas para recolocar a Reforma Urbana na pauta política estão dadas. Falta construir as condições subjetivas, e isto passa por reorientar nossa ação, tanto nos movimentos, como nos governos e na disputa de idéias.

Se quisermos de fato combater a desigualdade no país, distribuir renda não basta. É preciso distribuir terra, no campo mas também na cidade. Até por atingir pilares do capitalismo em nosso país, a reforma urbana é necessária e estrutural.

Caso contrário, continuaremos a assistir impotentes a degradação de nossas cidades, a repetição das tragédias, e aos discursos vazios da falta do planejamento, da falta de vontade política. No limite, ouviremos discursos que culparão essas malditas águas, e continuaremos sem respostas.★

***Aylton Silva Affonso** é arquiteto e urbanista, militante da AE em Santo André, e Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santo André

Nossa política educacional e o ProUni

*Otaviano Helene**

Um dos grandes problemas da educação brasileira é sua insuficiência. A escolaridade média fornecida por nosso sistema educacional aumentou de cerca de dois anos no início do século passado para perto de nove anos, atualmente. Em nenhum momento desse período houve um crescimento mais vigoroso, ilustrando a continuidade da nossa pobre política educacional. Ao contrário, ocorreram alguns períodos de estagnação, o mais longo coincidindo com a crise econômica que se iniciou no final da ditadura militar e perdurou até o início da década de 1990.

Outra característica marcante de nosso sistema educacional é a desigualdade, que forma uma elite escolarizada ao lado de uma grande massa subescolarizada. Atualmente, de cada três ou quatro crianças, uma abandona o sistema escolar antes da conclusão do ensino fundamental. Se o investimento educacional for medido em termos financeiros, não atingirá, no caso dessas crianças, mais do que alguns poucos mil reais ao longo de toda a vida. No outro extremo, as elites iniciam a escolarização na pré-escola, têm investimentos mensais que excedem mil reais, permanecem no sistema por longo período e têm inúmeras atividades educacionais complementares. A soma dos investimentos vai, facilmente, além dos 300 ou 400 mil reais. Ao escolarizar de forma tão desigual a população, nosso sistema educacional está contribuindo para preservar, no futuro, as desigualdades econômicas e sociais que temos hoje.

A falta de recursos públicos é uma das principais causas desses problemas, com pelo menos dois aspectos perversos. Por um lado, o pequeno investimento público provoca a exclusão de grande parte daqueles provenientes dos segmentos mais desfavorecidos, exclusão essa que se inicia pelo baixíssimo atendimento na educação infantil. Por um lado, o investimento público por ano e por aluno (não excluído) no ensino fundamental é muito baixo, em torno de 15% da renda *per capita*, valor próximo da metade do que se investe em países nos quais o atendimento escolar e o tratamento dado aos educadores estão no limite do aceitável.

As distorções de nosso sistema educacional não se restringem ao ensino fundamental. Atualmente, o Brasil investe da ordem ou menos de 0,6% do seu PIB em educação superior pública em nível de graduação, valor suficiente para explicar todos os nossos problemas com esse nível de ensino. Como na educação infantil e no ensino básico, nosso desempenho na educação superior está bem aquém do que nossa realidade permite e exige, sendo um importante fator a dificultar a superação da barreira do atraso e do subdesenvolvimento.

Privatização

Uma das "soluções" para o ensino superior foi a privatização. Em 2002, de um total de 3,48 milhões de matrículas, apenas 1,05 milhão delas era no setor público, o que indicava que apenas 30% dos estudantes frequentavam instituições públicas. Em 2009 esses valores foram de 5,12 e 1,35 milhões, respectivamente, mostrando que a participação do setor público caiu para 26%. Assim, a privatização, cuja infância ocorreu no período ditatorial e amadurecimento na década áurea do neoliberalismo, atingiu seu maior vigor, lamentavelmente, na última década. Essa privatização é especialmente tonificada por políticas como o ProUni, o Fies e outras formas de subsídios federais e estaduais dados ao setor privado. Vejamos uma delas, o ProUni.

O ProUni é um sistema que leva estudantes economicamente desfavorecidos a frequentarem gratuitamente instituições privadas de ensino superior, que são isentas de diversas taxas e contribuições sociais. O ProUni tem sido justificado, desde seu nascedouro, com bases em hipóteses incorretas, como a existência de "vagas ociosas" no setor privado. Essa hipótese provavelmente se baseia no fato que o setor privado tem um número muito maior de vagas do que as que são ocupadas por ingressantes (em 2009 havia 2,8 milhões de vagas em cursos presenciais privados, sendo que apenas 1,4 milhão foram ocupadas). Entretanto, essas vagas não ocupadas não podem ser, de forma alguma, consideradas "ociosas", uma vez que não há salas, professores, laboratórios, bibliotecas etc. correspondentes a elas. Essa diferença entre o número de vagas e de ingressantes reflete, na verdade, alguns aspectos estratégicos do setor privado. Um deles é mercantil: oferecer uma quantidade de produtos maior do que a que será "comprada", para saturar o horizonte do "cliente" e preencher suas perspectivas (ou ilusões) qualquer que seja o lado para o qual olhe. Outro aspecto é estratégico: aproveitar as inúmeras brechas que permitem a criação de instituições, cursos e vagas que não serão usados, mas que dão ao setor privado ampla possibilidade de manobra. (Por exemplo, se quisermos melhorar a qualidade do ensino superior, pouco adianta fechar um curso ruim hoje, pois as instituições privadas têm uma quantidade de vagas suficientemente grande para abrir quantos outros quiserem.)

Outra hipótese falsa que embasou a criação do ProUni é quanto aos investimentos necessários para manter um estudante em um curso de graduação em uma instituição

pública ou privada. Há um mito que afirma que um estudante em uma instituição privada de ensino superior custa menos do que em uma pública, sugerindo uma ineficiência dessa última e justificando a "compra" de vagas. Entretanto, esse mito é falso. Levantamentos feitos mostram que em um mesmo curso, os investimentos necessários para manter um estudante de graduação em uma instituição pública ou privada são equivalentes; caso a comparação seja entre cursos de igual qualidade, os custos no setor público são inferiores. A razão pela qual esse mito parece ser verdadeiro é que a distribuição dos estudantes pelas diferentes áreas de conhecimento é muito diferente nas públicas e nas privadas. Estas últimas concentram seus cursos em áreas de baixo custo e, portanto, mais facilmente vendáveis, enquanto as instituições públicas concentram cursos em áreas estratégicas para o país, mas de custo alto.

Muitos outros mitos foram usados para justificar a criação do ProUni, programa já criticável na versão proposta pelo poder executivo federal, piorado quando passou pelo Congresso Nacional e ainda mais deturpado quando aplicado na prática.

Visão mercadologócia

Mas há, ainda, muitos outros problemas com o ProUni. Vejamos sob o ponto de vista do desenvolvimento nacional. Uma das grandes distorções do sistema educacional brasileiro, quando comparado com os de outros países, é quanto à distribuição dos estudantes pelas diferentes áreas de conhecimento. Por causa da privatização da educação superior no Brasil, as razões mercadológicas são as dominantes na hora de decidir os cursos a serem oferecidos. Assim, temos uma concentração relativa de estudantes em áreas administrativas (cursos facilmente "vendáveis" e de custos relativamente baratos) muito maior do que se observa nos países com sistemas educacionais organizados. Temos ainda as febres dos cursos da moda e a onipresença de cursos de direito de baixíssimo nível. Essa distribuição de cursos é incompatível com a enorme falta de quadros profissionais bem formados em todas as áreas estratégicas, estejam elas relacionadas à produção de bens, ou à produção de serviços e bem estar social. O ProUni, ao encaminhar parte dos nossos estudantes ao setor privado, contribui para intensificar essa distorção. Vejamos, em números, um exemplo: enquanto cerca de 3% das matrículas no setor público são em cursos de medicina, no setor privado é de cerca de 1,5% e entre os estudantes do ProUni apenas 0,7%. Assim, ao invés de resolver um dos problemas de nosso ensino superior, o ProUni o agrava.

Outro problema do ProUni é do ponto de vista dos estudantes. O ProUni parece interessante e socialmente justo. Entretanto, novamente aqui, uma análise um pouco mais detalhada mostra que não. O setor privado concentra seus cursos em áreas de pouco prestígio social, oferecendo pouquíssimas vagas em cursos mais sofisticados. Além disso, a qualidade de grande parte de seus cursos está aquém do sofrível. Assim, o ProUni contribui muito pouco (ou mesmo nada) para a promoção social e econômica dos estudantes.

Como os candidatos ao ProUni devem ter renda familiar *per capita* baixa e, ao mesmo tempo, apresentar um desempenho escolar, os selecionados são estudantes motivados e capazes de enfrentar dificuldades; enfim, potencialmente bons estudantes. Por que, então, colocá-los em cursos fracos e em áreas de baixo retorno, tanto para eles mesmos como para o país em geral? Por que não direcioná-los para cursos de alto retorno social e em instituições públicas? Afinal, estas, como já afirmado acima, apresentam custos equivalentes ou mesmo menores do que as instituições privadas, oferecem cursos de melhor qualidade e em áreas geográficas e de conhecimento mais adequadas às necessidades do país, tratam melhor os estudantes, oferecem programas de iniciação científica e pós-graduação de qualidade, têm melhores bibliotecas etc.

A avaliação do Tribunal de Contas da União apresentada em Relatório de Auditoria Operacional de 2009 relativa ao ProUni e ao FIES, conclui que "em média, o custo de uma bolsa do ProUni para o Estado é maior que o valor da mensalidade dos cursos em que há bolsistas do programa", significando "que, em média, se tem 'pago' – indiretamente – um preço maior pelas vagas nas instituições privadas de ensino superior do que o montante que elas efetivamente valem."

O erro que o país está cometendo com o ProUni é enorme: colocamos bons estudantes para fazerem cursos fracos, concentrados em áreas de conhecimento de pouco ou nenhum retorno pessoal e social e a custos altos; incentivamos instituições ruins e instaladas em regiões onde encontram clientela e não nas regiões onde a educação superior é mais necessária; oferecemos aos estudantes muito menos do que eles precisam e são capazes de absorver. Assim como hoje pagamos pelos erros passados, os atuais nos custarão muito no futuro. ★

***Otaviano Helene** é professor do instituto de física da USP. Foi presidente do INEP-MEC e presidente da ADUSP (2007-2009).

O ProUni parece interessante e socialmente justo. Entretanto, novamente aqui, uma análise um pouco mais detalhada mostra que não. O setor privado concentra seus cursos em áreas de pouco prestígio social, oferecendo pouquíssimas vagas em cursos mais sofisticados. Além disso, a qualidade de grande parte de seus cursos está aquém do sofrível. Assim, o ProUni contribui muito pouco (ou mesmo nada) para a promoção social e econômica dos estudantes.

O espectro do comodismo ronda o PT

*Rodrigo César**

O Governo Dilma completou seu primeiro mês de gestão. Ainda é cedo para análises definidoras. A precipitação pode atrapalhar a seriedade do debate e a precisão das avaliações. Porém, nós militantes do PT devemos nos manter sempre atentos para agir e garantir nossas bandeiras.

Recentemente, o Ministério da Cultura (MinC) decidiu retirar de seu sítio eletrônico as licenças Creative Commons (CC), presentes desde 2004. Descendente direto do direito de *copyleft,* especialmente do *software livre*, a licença CC adaptou o modelo de software livre para a área da cultura. A decisão está relacionada com os direitos autorais, mas a Ministra Ana de Holanda afirmou em entrevista: "Em algum momento vamos discutir direitos autorais, mas não será agora."

É curioso que no mesmo dia em que o MinC decidiu retirar de seu portal as licenças CC, o Ministério do Planejamento instituiu sua política para fortalecer o Software Público Brasileiro, promovendo *software livre* e licenças flexíveis.

Percebe-se, portanto, que um dos elementos que seguem presentes no interior do governo são as contradições. Fator previsível em se tratando de um governo de coalizão. A questão é saber como reagirão, ao longo do mandato de Dilma, as forças de esquerda que compõem o governo, em especial o PT.

No dia 28 de janeiro de 2011 o Portal do Partido dos Trabalhadores publicou uma nota de sua Secretaria Nacional de Cultura (SNC), intitulada "Ao debate, com fervor, princípios e prudência". Sua análise é ilustrativa para evidenciar as contradições vividas pelo Partido na relação com o governo federal.

O texto inicia afirmando que "Vivemos um momento especial das políticas públicas de Cultura no Brasil, no qual a participação social com ampla diversidade de escopo é uma realidade" e que para o PT " esta construção é algo irreversível". Realmente, é um "momento especial", mas considerá-lo irreversível é ledo engano.

No afã de enaltecer certa profundidade das mudanças ocorridas nos últimos anos, o que é importante na luta política e no enfrentamento à oposição, a análise precisa da realidade fica de lado. Subestima-se da capacidade da burguesia brasileira de combater nossas pautas, a força de sua hegemonia política, cultural e ideológica na sociedade e as condições objetivas que ela ainda tem de reorientar as políticas de governo e de Estado caso volte ao planalto. Não podemos descuidar.

Mais uma vez o Partido absorve voluntariamente os impactos dos enfrentamentos políticos que deveriam incidir sobre a disputa interna ao governo. Como resultado, o PT se enfraquece politicamente, incorpora o discurso que compete ao governo e deixa de travar a disputa programática com protagonismo.

A nota reconhece, porém, que a preocupação frente ao episódio das licenças CC "é justificada", uma vez que há "uma disputa sendo travada" entre "aqueles que defendem a concentração dos meios de comunicação" e "os que entendem que a sua democratização é fundamental para a sociedade". Entretanto, mais adiante lê-se que "a simples retirada das licenças CC do sítio do MinC não indica o retrocesso político que alguns vem acusando".

Provavelmente, a nota faz menção a certos tipos de críticas oriundas de setores de oposição, sobretudo daqueles à esquerda do PT, que buscam tirar proveito das contradições do governo para se apresentar como alternativa - mas que acabam por se anular uma vez que concretamente fortalecem a alternativa de direita. Mesmo que esta preocupação da SNC seja importante na luta política e no enfrentamento à ultra-esquerda, isso não pressupõe minimizar a gravidade da atitude do MinC, que não é nada "simples".

Disputa programática

Além da análise precisa da realidade ficar de escanteio novamente, agora faz-se o mesmo com o programa. Com isso, mais uma vez o Partido absorve voluntariamente os impactos dos enfrentamentos políticos que deveriam incidir sobre a disputa interna ao governo. Como resultado, o PT se enfraquece politicamente, incorpora o discurso que compete ao governo e deixa de travar a disputa programática com protagonismo.

No parágrafo seguinte, diferente da Ministra, a nota diz que "o debate público e democrático sobre a reforma da Lei dos Direitos Autorais" deve ser retomado "o quanto antes". Mas, ao afirmar logo depois que reivindica o "*Programa de Governo Uma Cultura do tamanho do país, para o Brasil seguir mudando*, produzido com o conjunto de partidos da Coligação", fica evidente que o PT incorpora o discurso que compete ao governo. Defender o programa da coligação não pressupõe secundarizar o programa do Partido. O raciocínio correto é o inverso: a melhor forma de defender o programa da coligação é colocando à frente o programa do PT. Caso adotasse esta prerrogativa, a SNC encontraria a "linha justa": ao mesmo tempo em que fortaleceríamos nossa posição de partido que dirige a coligação, incidiríamos na disputa política pela esquerda, com o nosso programa.

Por fim, reproduzimos por inteiro o último trecho da nota, com grifos meus: "**O compromisso da Secretaria Nacional de Cultura** com a ampliação dos meios de difusão e acesso à Cultura, com as novas plataformas e meios tecnológicos e com os avanços necessários na legislação **é a certeza** de que o Governo Dilma dará continuidade e ampliação das conquistas do Governo Lula". É duro reconhecer, mas na prática este compromisso não garante absolutamente nada.

Nem na política, nem na história, existem certezas estabelecidas de antemão. Agir com "prudência" seria disputar os rumos do Governo Dilma a partir das incertezas que as contradições geram. O termo "convicção" seria mais adequado. Este sim é pressuposto para a ação política capaz de transformar e apontar para a perspectiva de "continuidade e ampliação das conquistas", não as certezas preestabelecidas, que esvaziam os compromissos e levam ao fatalismo imobilista.

É preocupante, mas precisamos admitir: o espectro do comodismo ronda o PT. ★

***Rodrigo Cesar** é militante do PT, estudante de história da Unifesp e estagiário do Centro Sérgio Buarque de Holanda – Memória e Documentação Política, da Fundação Perseu Abramo.

Ana Rita, a senadora de todos e todas

A vasta experiência e a militância na vida pública e política, além do olhar diferenciado, foram os fatores determinantes para Ana Rita ocupar uma cadeira no Senado Federal.

A mais nova senadora pelo Espírito Santo, única mulher a representar o Estado na Casa, assumiu o cargo, no dia 3 de janeiro.

Militante histórica do PT, assistente social, trabalhadora, lutadora do povo, duas vezes vereadora por Vila Velha, Ana Rita, no Senado Federal estará ao lado do governo da presidenta Dilma Rousseff para aprofundar as mudanças iniciadas por Lula e ao lado do governador Renato Casagrande ajudando a erradicar a pobreza em nosso País e em nosso Estado e fará um mandato democrático e popular.

Nesta entrevista, a senadora reforça os compromissos com a educação pública, gratuita e de qualidade, segurança pública, direitos humanos e civis, reformas agrária, urbana e política.

Página 13: Quais são os seus principais compromissos com o povo e os trabalhadores do Espírito Santo e do Brasil?

Ana Rita: Meu compromisso é de realizar um mandato que seja interlocutor com os anseios do povo, estabelecendo metas de fortalecimento e ampliação das políticas sociais como também aprovando projetos que promovam o desenvolvimento da Nação. Quanto aos trabalhadores meus esforços serão para avançar nas conquistas e garantir sustentação às bandeiras de luta da classe.

Como a sua experiência na vida pública a ajudará no Senado?

É importante frisar que as experiências são sempre singulares, dado que na política as conjunturas sempre apresentam elementos novos. O principal alicerce que a experiência gera é a personalidade. Na vida pública isso se torna fundamental dado à exigência que o exercício da política implica sobre a vida das pessoas. A capacidade de diálogo, de proposição, de formulação de projetos de lei, de gerenciamento de política pública e por fim de sensibilidade para com o sofrimento de nosso povo são elementos adquiridos na minha trajetória. Sendo assim atuarei no Senado com firmeza de propósito contribuindo para que continuemos no rumo certo.

O fato de pertencer a Articulação de Esquerda e de ter atuação nas Comunidades Eclesiais de Base é a certeza de que teremos um mandato popular e socialista?

Sim. São as características que imprimem na minha militância política um perfil de caráter idealista propositivo e de sensibilidade revolucionária. O mandato terá como centralidade a missão de promover mudanças estruturais, de mentalidade e de participação popular.

Como vai atuar para que o Brasil continue a expandir e a fortalecer a democracia política e para que se torne um País mais justo socialmente e fraterno?

A democracia é pressuposto de uma sociedade de iguais. Uma conquista permanente. Isso significa fazer do Estado, o gestor dos anseios coletivos e não de grupos, de participação popular e não de centralismo de poder. Que o aparato do Estado seja público e não de setores privados. Um Estado forte e equilibrado para que a democracia seja baluarte dos direitos humanos.

Qual é o seu plano estratégico para ajudar a presidenta Dilma Rousseff a erradicar a pobreza absoluta e as desigualdades sociais e regionais, em especial no Espírito Santo?

O Espírito Santo como o Brasil necessitam de avançar com maior velocidade na descentralização econômica. Os programas sociais e o PAC são instrumentos que provocam mudanças significativas, mas a pobreza em algumas cidades está atrelada a ineficiência e fragilidade econômica das administrações públicas. Nosso mandato estará a serviço dos prefeitos e do governo estadual para auxiliar em projetos de captação de recursos públicos federais junto aos ministérios para implementação de políticas sociais.

Como será a relação do seu mandato com a ministra Iriny Lopes?

Nosso mandato estará à disposição para ajudar, no que for preciso, a companheira Iriny e a Secretaria de Políticas para Mulheres, em especial nas pautas já citadas pela ministra, como o enfrentamento à violência contra a mulher e a erradicação da miséria. É preciso criar condições para que as mulheres tenham autonomia financeira e para que possam trabalhar. O governo tem de criar unidades de educação infantil para que as mães possam buscar o sustento da família.

Qual será a relação do seu mandato com os movimentos sociais, religiosos e de trabalhadores?

Nosso mandato tem como tarefa estabelecer canais diretos de comunicação, de articulação social e na construção de atividades comuns com o intuito de aprofundar temas e políticas públicas que alterem as situações de risco social e de desrespeito aos direitos humanos.

Como pretende ajudar o governo do Espírito Santo e os municípios capixabas a combater o crime e a garantir a segurança do povo?

A segurança pública é um desafio que se impõe a todos os estados brasileiros. A realidade capixaba é de que vivemos um permanente estado de insegurança. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) deve alcançar o status de política de Estado, deixando de ser um conjunto de ações fragmentadas e reducionistas para tornar-se um conjunto de políticas de prevenção da violência e de promoção dos direitos sociais, econômicos e culturais das comunidades. Atuaremos na ampliação dos recursos e na aprimoração das leis que visam a restringir a atuação criminosa.

Qual é a sua posição sobre a distribuição dos royalties do Petróleo proveniente do pré-sal?

Minha posição política será sempre de promover a distribuição de renda e a descentralização econômica em nosso País. Porém seria injusto e ao mesmo tempo insensato que os estados produtores não sejam resguardados dos impactos sociais, ambientais e de infraestrutura. Dado a isso, os royalties devem ser distribuídos sim, porém com valores acrescidos para os estados produtores. Quando aponto a necessidade da distribuição de renda e riqueza indico que a mesma deve estar a serviço do Brasil fazendo com que a pobreza seja superada, a educação um pilar social e a cultura o despertar de uma nova mentalidade.★

Iran nos Direitos Humanos

Professor, ex-deputado federal, ex-vereador por Aracaju, historiador, bacharel em Direito e ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação dde Sergipe e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Iran Barbosa tem destacada e reconhecida atuação na área dos Direitos Humanos e na luta social em defesa das minorias.

O professor Iran Barbosa foi indicado pelo governador de Sergipe, Marcelo Déda, para ser o primeiro secretário sergipano da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Iran vai conduzir as políticas públicas que ampliam as garantias cidadãs dos sergipanos, em especial das populações vulneráveis. "Nosso desafio, neste momento é estruturar a Secretaria que está sendo criada neste segundo mandato do governo Déda e, com ela, iremos estreitar o relacionamento do Governo com os movimentos sociais ligados às áreas de direitos humanos", adianta.

Segundo Iran, as demandas dos movimentos sociais serão ouvidas em sua gestão e terão o apoio da pasta. "Vou conduzir as políticas públicas da Secretaria em total sintonia com os propósitos e diretrizes do governo de Sergipe e do Brasil e em permanente diálogo com os movimentos sociais", diz.

Para Iran, a decisão do governador Marcelo Déda foi acertada e está em sintonia com as pautas colocadas pela sociedade sergipana durante a realização da I Conferência Estadual de Direitos Humanos ocorrida em Sergipe.

"Os Direitos Humanos precisam estar no centro das formulações de políticas públicas e não devem ser negligenciados, pois são indissociáveis da própria humanidade. E o nosso governo, que é um governo comandado por um petista, com a criação dessa Secretaria, reforça a relação com a sociedade e afirma o nosso modo particular de governar", analisa o secretário.

O nome de Iran foi anunciado pelo governador no dia 10 de janeiro. O professor deve assumir o cargo entre o final de fevereiro e o início de março, tão logo a Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe analise o projeto de criação da Pasta.

Audiência com a Ministra

Logo após o anúncio de seu nome como gestor da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Iran solicitou audiência à Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Deputada Maria do Rosário, que lhe recebeu no dia 12 de janeiro, onde já se iniciaram os contatos para um futuro e sólido estabelecimento de relações institucionais, visando definições futuras de prioridades e parcerias. Na manhã do dia seguinte (13/01), Iran fez uma reunião técnica com membros da equipe do Ministério para discutir questões estruturais e operacionais.

Na Comissão de Educação e Cultura da Câmara, onde atuou por quatro anos como titular, manteve estreita relação política com a Ministra Maria do Rosário. "A boa relação com a ministra irá facilitar a realização de projetos em conjunto entre o Estado e o Governo Federal", avalia.

Experiência

Professor, ex-deputado federal, ex-vereador por Aracaju, historiador, bacharel em Direito e ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Sergipe (Síntese) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Iran Barbosa tem destacada e reconhecida atuação na área dos Direitos Humanos e na luta social em defesa das minorias.

O secretário tem uma longa história de luta pelos direitos de crianças e adolescentes, em defesa dos idosos, da população LGBT e das populações vulneráveis, desde quando iniciou a carreira profissional, como educador; no movimento sindical de educadores, na década de 90; passando pela experiência parlamentar, desde a vereança, em Aracaju, capital de Sergipe, até chegar a Brasília, com o mandato de deputado federal e de coordenador no Estado de Sergipe das Frentes Parlamentares Nacionais pelos Direitos da Criança e do Adolescente e pela Cidadania LGBT.

"Entre as minhas prioridades na Secretaria de Estado estão criança e o adolescente, sem descuidar de outras áreas. Essa é uma das agendas prioritárias e urgentes do nosso Estado e do Brasil", enfatiza.

Antes de ser deputado federal, Iran Barbosa teve importante papel como presidente da Comissão de Educação e Direitos Humanos da Câmara Municipal de Aracaju.

Nas Comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Legislação Participativa (CLP) da Câmara Federal, recebeu inúmeros elogios pelo seu engajamento e luta em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e de outras parcelas vulneráveis da população.

Em quatro anos de mandato como deputado federal (2007 a 2011), sempre votou a favor da garantia dos direitos civis e em defesa das pessoas com deficiência.

A indicação de Iran para o cargo de secretário estadual teve boa repercussão entre os militantes dos Direitos Humanos em Sergipe e recebeu apoio, por intermédio de notas públicas, de entidades engajadas na causa.

Propostas

Na Câmara Federal, Iran Barbosa foi o autor do projeto de lei que torna passível de dedução no imposto de renda das pessoas físicas, os gastos com a aquisição de aparelhos auditivos.

A proposta foi elaborada a partir de encontros e reuniões do deputado com entidades representativas de pessoas com deficiência e com base na Campanha Nacional da Saúde Auditiva. "Vou dar continuidade a essa prática na gestão da Secretaria, elaborando políticas públicas com o conjunto da sociedade e os movimentos sociais, para resolvermos os problemas concretos do povo", adianta.

Enquanto parlamentar, Iran Barbosa realizou inúmeros seminários que abordaram, no Congresso Nacional, temas em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, dos idosos, do combate ao racismo e enfrentamento à violência contra a mulher, da população LGBT e das minorias em geral.

Foi o autor, também, de seminários que discutiram a homofobia nas escolas, assunto antes nunca tocado pela Casa, e defende, abertamente, que para crime de tortura não pode haver anistia.

Em seminário, realizado a seu pedido, na Câmara Federal, em setembro de 2009, para discutir a Lei da Anistia (6.683/79), disse: "É necessário não colocar embaixo do tapete os problemas que precisamos enfrentar. Os crimes de tortura são crimes de lesa humanidade e, portanto, são imprescritíveis".★

LGBT

A pauta LGBT em 2011

*Wesley Francisco**

O Setorial Nacional LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) do PT agendou uma reunião com a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, para o dia dois de fevereiro de 2011. Nesta reunião, o Setorial irá apresentar algumas das discussões que está fazendo entre seus membros e coordenadores para, a partir dos acúmulos do governo Lula, implementar políticas consistentes para promover os direitos humanos LGBT.

No documento em discussão e aprimoramento, estão nossos principais desafios a curto prazo: realização da II Conferência Nacional LGBT; adoção de medidas de enfrentamento à violência homofóbica; incorporação de medidas de Estado contínuas sobre o funcionamento dos Centros de Referência LGBT e o Disque 100; a necessidade de estruturação, composição e funcionamento Conselho Nacional LGBT; e a necessidade de promover o acesso da população LGBT à saúde pública.

O processo de estruturação, institucionalização e fortalecimento das políticas de promoção da cidadania LGBT tem ainda um longo caminho pela frente. Primeiro a formalização das decisões adotadas. Tanto o Brasil Sem Homofobia como o Plano LGBT ainda não possuem lei/portaria que institucionalize-os, isso faz com que as rubricas orçamentárias no PPA, LOA's ou LDO's não estejam coadunadas com as ações previstas. Outra ação é a garantia da transversalidade das ações, nesse sentido, é necessário assegurar que as diferentes áreas se comprometam e realizem o que está colocado nos documentos. Outra dificuldade de ordem mais geral a ser enfrentada é a falta de estatísticas e dados oficiais que fundamentem a elaboração das políticas públicas LGBT.

Por fim é difícil realizar o monitoramento das ações e políticas aprovadas, sobretudo porque faltam instrumentos objetivos de mensuração. Falta um mínimo de padronização, de uniformidade, de metodologia, de indicadores para que se produza uma avaliação sistemática do nível de implementação das diretrizes, políticas e ações aprovadas, que queremos ver superadas com o governo de Dilma Roussef. ★

***Wesley Francisco** é coordenador estadual do Setorial LGBT do PT-Ba (com subsídios do texto nacional LGBT do PT)

SNPD

Políticas para pessoas com deficiência

*Isaias Dias**

Com a orientação da presidenta Dilma, de que a pessoa com deficiência será prioridade em seu governo, a perspectiva de podermos fazer o embate com os tucanos nos deixa fortalecidos.

Na Secretaria de Direitos Humanos, com o Ministro Paulo Vanuchi, o Setorial dos Petistas com Deficiência, começou a ter participação na Área de Promoção de Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), que está na estrutura da SDH, porém essa participação não foi na condução das políticas, pois a Secretaria continuou sendo conduzida pela senhora Izabel Maior, que veio do governo FHC e só foi exonerada agora, com a posse da Ministra Maria do Rosário.

A nova Ministra dialogou com o Setorial, acatando a indicação do novo Secretário da SNPD, que é o companheiro Humberto Lipo, que já havia sido indicado anteriormente pelo setorial.

A Ministra demonstrou que o diálogo com o setorial vai ser mais efetivo e assim o programa de governo que o setorial elaborou finalmente poderá ser aplicado: a transversalidade, com os ministérios em seus programas tendo o recorte da pessoa com deficiência.

Com a orientação da Presidenta Dilma, de que a pessoa com deficiência será prioridade em seu governo, a perspectiva de podermos fazer o embate com os tucanos nos deixa fortalecidos, pois apenas nosso governo tem como prioridade a inclusão das pessoas com deficiência.

Um passo importante foi dado nesse sentido pelo Ministério da Educação, que é a incorporação da Secretaria de Educação Especial na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Para nós que defendemos a inclusão da pessoa com deficiência, trata-se de um avanço, pois além de continuar a aplicação da política de educação inclusiva na rede regular de ensino, vamos começar a discutir como levar a educação inclusiva para outras pessoas com deficiência: adultas, quilombolas, indígenas etc.

O papel da SNPD (Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência) é apoiar e usar o caso da Educação como exemplo de política a ser seguida pelos outros ministérios.

No ministério dos Esportes temos de mudar a política segundo a qual a importância é única e exclusivamente para o esporte de alto rendimento. Temos pessoas que estão fora desse perfil e nosso governo tem que ter políticas de esporte voltadas para as comunidades carentes e nelas temos pessoas com deficiência.

O tema pessoas com deficiência foi pautado com destaque pela campanha do Serra, e provavelmente nas eleições municipais de 2012 será tema forte nas campanhas do PSDB nas capitais. Temos dois anos para que o Secretária Nacional de Promoção dos Diretos das Pessoas com Deficiência consiga que as políticas públicas voltadas para esse segmento sejam efetivamente aplicadas e que as cidades administradas pelo PT assimilem as políticas do Governo Federal e dialoguem o partido, como está fazendo Maria do Rosário, dando apoio para as propostas do Setorial. ★

***Isaias Dias** é vice-presidente do CONADE (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência) e diretor da Afubesp (Associação dos Funcionários do Grupo Santander).

Construção coletiva

*Tássio Brito**

De nada vai adiantar o grande consenso que por vezes conseguimos construir em torno das nossas bandeiras de luta se não tivermos uma UNE extremamente forte para dar conseqüência às resoluções políticas que elaboramos.

Aconteceu entre os últimos dias 15 e 17 no Rio de Janeiro o 13° CONEB – Conselho de Entidades de Base da UNE. O fórum foi convocado com o objetivo de debater as questões educacionais e conjunturais nesse novo período que se iniciou com a eleição de Dilma Roussef presidenta do Brasil.

Para a juventude da Articulação de Esquerda (JAE) do Partido dos Trabalhadores, que apresenta-se através da tese Reconquistar a UNE, o Coneb foi um momento de debater o movimento estudantil, a UNE, a educação e os rumos do nosso país.

Desta maneira além de participar ativamente dos espaços do CONEB, realizamos também o Seminário Nacional de Formação Política da JAE no movimento estudantil que envolveu militantes da nossa tendência e pessoas que se referenciam na nossa tese, a Reconquistar a UNE.

Plano nacional

O grande tema do CONEB não poderia ser outro que não o PNE - Plano Nacional de Educação. Houve um consenso muito grande entre todas as forças políticas que compõem a UNE de que este momento tem que ser de tentar ao máximo incorporar as bandeiras históricas da UNE no PNE.

Ampliar o numero de vagas no ensino superior público, levando-o a representar 60% do total de vagas, quase invertendo a porcentagem existente hoje; garantir o investimento de 10% do PIB em educação já em 2014, como a resolução da CONAE apontou; garantir mais democracia nas universidades, mais assistência estudantil, e todas as nossas bandeiras dentro do PNE, será a nossa tarefa prioritária neste semestre.

Para isso é central que onde tiver um/a militante da JAE - Reconquistar a UNE, exista mobilização, debate e lutas durante a jornada de lutas da UNE, convocada para a última semana do mês de março.

É nosso papel movimentar as universidades brasileiras com muitos atos, para interferir na correlação de forças da sociedade ao ponto de pressionar o Congresso Nacional, para que avance nas políticas educacionais que constarão no PNE 2011/2020.

Também foi assunto relevante a derrubada do veto presidencial que Lula impôs ao artigo do projeto de lei que cria o fundo social do Pré Sal e que destinava cinqüenta por cento dele para Educação. Esta foi uma bandeira presente durante toda esta gestão da UNE e, portanto, entendemos que tem que se expressar toda a indignação da entidade com tal veto.

Reafirmamos que o papel da UNE enquanto movimento social é travar suas lutas de defesa de todas as nossas bandeiras históricas, independente de quem governe o país. Para isso precisamos estar mobilizados/as para de fato fazer com que este governo avance.

Entendemos que o governo Dilma nos possibilita lutar com chances concretas de atingir nossos objetivos, mas sabemos que ele é cheio de contradições e é disputado também por muitos de nossos adversários. Por este motivo a UNE tem que ser o motor que disputa o governo empurrando ele sempre em direção as resoluções da UNE.

Neste sentido precisamos fortalecer a UNE para enfrentar esses desafios, e fazer isso significa radicalizar na sua democracia interna, ou seja, colocar os conselhos editorial e fiscal para funcionar, exercitar uma forma de direção coletiva que funcione de verdade.

É violento o poder de concentração de informações, decisões e execução dentro da UNE e isso é destruidor para a entidade. Muitos dos problemas citados na avaliação organizacional do CONEB acima têm a ver com isso.

Criar uma política de comunicação de verdade, que dê conta de chegar a todas as entidades que participam da UNE, com e-mails mas sobretudo com alguma publicação que contenha as principais informações da UNE e orientação sobre as lutas que a entidade está travando.

De nada vai adiantar o grande consenso que por vezes conseguimos construir em torno das nossas bandeiras de luta se não tivermos uma UNE extremamente forte para dar conseqüência às resoluções políticas que elaboramos.

Desta forma para a JAE - Reconquistar a UNE é hora de democratizar radicalmente a nossa entidade.

Mudar o método

O CONEB do Rio de Janeiro demonstrou que não há possibilidades de continuar com o método utilizado no 12° CONEB em Salvador. Este método se constitui em realizar a Bienal de Arte e Cultura da UNE junto com o CONEB. O reflexo disso tem sido uma programação cada vez mais enxuta do CONEB, o que tem causado muitos problemas e prejudicado os espaços de debate.

Para a JAE - Reconquistar a UNE, o próximo CONEB deve ser realizado durante 5 dias e em data diferente da Bienal de Arte e Cultura da nossa entidade. Evita-se com isso,

a sobreposição de públicos, que de fato são diferentes; a priorização de uma atividade em detrimento da outra; o que se refletiu tanto nos aspectos visuais de divulgação e encarte de programação, por exemplo, até na proporção do corte feito nas programações, devido a falta de liquidez para realização dos eventos, para ficar nesses dois pontos.

Cortar um dia do CONEB que só tem quatro é desproporcional e muito mais danoso a cortar um dia da BIENAL que tem seis. Os resultados nós vimos com os problemas de credenciamento e um dia praticamente perdido, que foi o sábado 15. Na prática só tivemos dois dias de CONEB, o domingo e a segunda-feira.

Ainda assim, a forma de organização é tão insuficiente que se todos/as os/as delegados/as presentes no CONEB resolvessem participar das atividades da UNE, simplesmente não seria possível, pois a atividade não comportaria.

Na prática as representações dos cursos são eleitas para ir a um fórum que não tem estrutura para que elas possam expressar a opinião dos/as seus/suas representados/as. E este fato é lamentável e enfraquece a nossa entidade.

Para além disso, se faz urgente repensar toda a formatação do CONEB da UNE no que diz respeito a sua programação. É impensável que consigamos reunir mais de 5000 estudantes, sendo que boa parte disso dirigentes de entidades de base e não coloquemos na programação grupos de discussão sobre os diversos temas.

Parece meio óbvio e soa até ridículo, mas a JAE – Reconquistar a UNE se vê na obrigação de apresentar uma resolução estatutária no próximo Congresso da UNE, que amarre as futuras direções da Entidade à obrigatoriedade de realizar grupos de discussão nos seus fóruns.

Desta forma, quando reunirmos estudantes brasileiros para debater alguma coisa em fórum da UNE, de fato eles/elas debaterão e não ficarão limitados/as a ouvir alguém falar e a "brigar" com outros/as tantos/as colegas por 10 inscrições de fala que forem abertas, quando são.

Os problemas de método e organização acima citados são decorrentes de um problema político, a saber: a UNE não tem priorizado a organização do movimento estudantil e trata o CONEB, de fato, como um fórum acessório, tornando-o incapaz de associar as questões políticas com as questões de organização.

Este problema está tão evidente que forças políticas que historicamente pertenceram ao campo majoritário da UNE e ainda pertencem, votaram neste CONEB uma resolução de movimento estudantil junto conosco. Tal resolução ia de encontro ao que o restante da direção majoritária da UNE apontava, justamente por entender que da forma como está organizada, a UNE enfrentará muitas dificuldades e não dará conta de estar com muita força e legitimidade real a frente das lutas estudantis.

Seminário nacional

Durante os dias 18 e 19 de janeiro realizamos o Seminário Nacional da JAE – Reconquistar a UNE. O objetivo do seminário foi traçar os nossos planos para 2011, bem como aprofundar o debate acerca da política a ser tocada por nossa organização dentro do movimento estudantil e da UNE

A coordenação nacional da JAE ficou responsável por apresentar uma sistematização objetiva de nossas tarefas para o próximo período. A linha central das tarefas será a elaboração de nossa TESE ao Congresso da UNE – CONUNE. A JAE – Reconquistar a UNE fará uma verdadeira construção coletiva desta tese.

A construção coletiva da tese irá difundir a nossa política nas universidades e agregar as pessoas para o debate político no movimento estudantil, tão ausente na UNE; serve para fazer com que a JAE - Reconquistar a UNE se torne referência política no movimento estudantil em cada universidade. Retoma uma forma radicalmente coletiva de construção de idéias e isso conseqüentemente irá promover uma identidade da JAE – Reconquistar a UNE pela política e agregar estudantes a partir de opiniões que sejam distintas tanto do imobilismo da direção majoritária quanto do fatalismo da oposição de esquerda. Além disso, nos dá condições de construir uma alternativa concreta pela base, nas disputas reais em cada universidade.

Essa construção se dará em duas fases. A primeira será uma grande coleta de textos dos mais variados assuntos que têm relação com o movimento estudantil, organizando até o CONEG – Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE - que deve acontecer entre março e abril uma pré-tese da Reconquistar a UNE ao CONUNE – Congresso da UNE.

A segunda fase será levar essa pré-tese para debate em todas as universidades em que tivermos presença e sistematizar os resultados dos debates, para que a partir deles possamos finalizar a tese. Essa segunda fase deverá ser executada até o inicio de março. A partir disso começaremos a debater e apresentar a nossa tese ao CONUNE.

Fazendo isso estaremos retomando uma pratica saudável do movimento estudantil, que é colocar de verdade os/as estudantes no centro do nosso debate e elaboração. Este é o tipo de movimento estudantil que acreditamos e este será o movimento estudantil que faremos.

Para isso precisaremos de muito empenho das coordenações estaduais da JAE e dos/das mobilizadores/as que foram escolhidos/as durante o seminário.

O papel deles/as será acompanhar em cada estado como anda a execução das tarefas e ajudar a cumprí-las e ampliá-las, para que de fato a nossa tese expresse a síntese da opinião dos/das estudantes do Brasil.★

***Tássio Brito** é da direção nacional da AE e dirigente nacional da UNE.

A UNE não tem priorizado a organização do movimento estudantil e trata o CONEB, de fato, como um fórum acessório, tornando-o incapaz de associar as questões políticas com as questões de organização.

EDUCAÇÃO

Encontro Nacional

*Joel Almeida**

Os educadores vinculados à AE, que participaram na condição de delegados do 31° Congresso da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), representando os Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Espiríto Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal; que por ocasião do referido Congresso, conseguiram manter as duas indicações da AE na direção executiva da CNTE; que participaram da 6ª Jornada Nacional de Formação da AE no Mato Grosso do Sul; apresentaram para a direção nacional da AE a proposta de realizar o 1° Encontro Nacional de Educadores da Articulação de Esquerda.

Os desafios que se apresentam para a educação brasileira exigirão de nós um conjunto de ações e formulações em relação à educação básica, notadamente em torno das políticas educacionais implementadas pelo Governo Lula, a exemplo do PROJOVEM, PDE, PROEJA, PAR, FUNDEB, Piso Salarial.

A discussão que será a principal pauta da educação esse ano e do nosso encontro é o PNE (Plano Nacional de Educação).

A direção nacional da AE, reunida no dia 5 de fevereiro, debateu a proposta e decidiu convocar o 1° Encontro Nacional de Educação da Articulação de Esquerda, reunindo trabalhadores da educação e estudantes, com o objetivo de cristalizar a posição da AE sobre os temas elencados, além de subsidiar os nossos parlamentares no Congreso Nacional, os nossos representantes na executiva da CNTE e nos diversos sindicatos onde temos representação na direção ou somos oposição na base.

Além disso, o Encontro Nacional de Educação da AE servirá como um grande instrumento de organização da tendência, objetivando o nosso fortalecimento em estados em que já temos preseça forte nesse campo, bem como o engajamento para ampliarmos nossa participação em estados onde por enquanto inexiste a AE ou em outros aonde nossa incidência é bastante tímida.

A proposta, portanto, é que participem desse encontro todos os trabalhadores no setor, os professores e as lideranças da juventude da AE, o que nos permitirá debater a pauta da educação a partir de vários ângulos.

A direção nacional da AE, reunida no dia 5 de fevereiro, marcou o Encontro Nacional de Educação da AE para os dias 19 e 20 de março, provavelmente em Brasília.★

***Joel Almeida** é diretor da CNTE, do Sintese e da Articulação de Esquerda - Sergipe

TENDÊNCIA

Direção adota posição sobre o caso Delúbio

Sem reconhecer os erros, sem uma autocrítica cabal, filiar Delúbio Soares ao PT seria reintegrar o mesmo Delúbio Soares que foi expulso em 2005. Na prática, seria como se o atual Diretório Nacional estivesse anulando a pena aplicada em 2005.

Delúbio Soares de Castro foi expulso do Partido dos Trabalhadores, em 2005. A expulsão foi aprovada por maioria de votos no Diretório Nacional.

Em 18 de março de 2009, Delúbio Soares dirigiu uma carta ao presidente Ricardo Berzoini, solicitando sua "reintegração" ao Partido. A mesma carta foi enviada a todos os membros do Diretório Nacional do PT, com ampla repercussão na imprensa. Posteriormente, Delúbio Soares retirou este pedido.

No início de 2011, a imprensa voltou a noticiar que Delúbio Soares reapresentaria seu pedido de filiação ao PT.

Delúbio Soares tem o direito de pedir reintegração? Sim.

Delúbio Soares agiria corretamente ao encaminhar este pedido diretamente à direção nacional do PT? Sim, pois dada a gravidade do caso, seria um erro tentar reintegração disfarçada, através de um diretório de base.

Delúbio Soares, caso solicite, deveria ser reintegrado ao PT? Em nossa opinião, não.

Em 2005, votamos pela expulsão de Delúbio Soares. Não achamos que expulsões devam ser eternas. Mas só caberia reintegrar Delúbio Soares ao PT caso ele reconhecesse os erros políticos e administrativos que cometeu.

Delúbio Soares não reconheceu seus erros, em 2005. Cabe lembrar que, ao contrário de Sílvio Pereira, Delúbio Soares lutou contra sua expulsão, exatamente porque considerava que seus erros não eram de tal monta que fosse cabível sua expulsão.

Ele não reconheceu seus erros posteriormente. E não vemos nenhum sinal de que venha a reconhecer estes erros agora, estando como está em meio a um processo judicial.

Sem este reconhecimento dos erros, sem uma autocrítica cabal, filiar Delúbio Soares ao PT seria reintegrar o mesmo Delúbio Soares que foi expulso em 2005. Na prática, se apresentada e aprovada a filiação, seria como se o atual Diretório Nacional estivesse anulando a pena aplicada pelo Diretório Nacional em 2005.

Sendo assim, da mesma maneira e pelos mesmos motivos que votamos anteriormente pela sua expulsão, caso seja apresentada novamente, novamente votaremos contra sua refiliação.

As eleições de 2006 e de 2010 mostraram a forte incidência de temas como ética, corrupção e promiscuidade entre público e privado. Reintegrar Delúbio Soares, sem que este faça autocrítica dos erros cometidos, produzirá um impacto político negativo, alimentará o jogo da oposição, provocará insatisfação em amplos setores de nossa base eleitoral e partidária, prejudicando nossa unidade partidária e tirando o foco daquilo que é o principal: a disputa dos rumos do Brasil.★

Um passo adiante...

*Lício Lobo**

É possível afirmar que paulatinamente as direções estaduais e setoriais da corrente vêm num processo de compreensão política e engajamento no trabalho coletivo de formação, ainda que este processo seja ainda muito desigual.

Nos dias 24 a 30 de janeiro de 2011 realizou-se em Campo Grande/MS, a 6ª Jornada Nacional de Formação Política da Articulação de Esquerda.

Concebidas como um momento fundamental do processo de formação política da corrente, as jornadas nacionais vêm se desenvolvendo semestralmente desde julho de 2008, congregando militantes de todo o país durante uma semana voltada ao estudo e ao debate político.

Sob vários pontos de vista, a última jornada recém realizada em Campo Grande marcou um momento importante no processo de construção de um sistema nacional de formação política da corrente, não obstante reste ainda muito por fazer e aperfeiçoar.

Em primeiro lugar há que destacar que houve uma mudança de qualidade no patamar da presença de militantes nos cursos, saltando de 42 na última jornada realizada em julho passado em Caruaru-PE, até então a marca mais expressiva, para 94 presentes agora em Campo Grande.

Além da muito expressiva e significativa presença de companheiras e companheiros do Mato Grosso do Sul, mais 16 estados se fizeram presentes: AL, BA, DF, ES, GO, MA, MT, PA, PI, RJ, RO, RS, SC, SE, SP e TO.

A tabela abaixo ilustra esta participação por estado e por curso:

UF	curso 1	curso 2 Mulheres	curso 2 Sindical	curso 2 Juventude	curso 3	TOTAL
AL	1		1	1		3
BA					1	1
DF	2	1		1	1	5
ES			1			1
GO	5	1		1	1	8
MA					1	1
MS	20	3	1	12	8	44
MT					2	2
PA				1		1
PI				4		4
RJ				1		1
RO					1	1
RS	2					2
SC	1	1		2		4
SE	4	2		1	1	8
SP	4	2	1			7
TO		1				1
total	**39**	**11**	**4**	**24**	**16**	**94**

É possível afirmar que paulatinamente as direções estaduais e setoriais da corrente vêm num processo de compreensão política e engajamento no trabalho coletivo de formação, ainda que este processo seja ainda muito desigual.

De um lado alguns estados tem mantido presença assídua e diversificada em todas as jornadas, enquanto outros ainda o fazem de forma inconstante e esporádica. Precisamos superar esta situação e garantir uma participação qualificada e sistemática de todos os estados nas próximas jornadas de formação.

Outro aspecto relevante que merece destaque é a consolidação de uma proposta de grade de cursos oferecidos que dialoga com a formulação estratégica da Articulação de Esquerda, centrada na importância de aprofundarmos o debate sobre a atualidade e necessidade de construção de uma alternativa socialista, o papel fundamental da nossa presença no PT como esteio para a construção desta alternativa e as múltiplas relações entre a luta de massas e a luta institucional que supõe o caminho estratégico que vimos forjando ao longo das últimas décadas.

Coerentes com esta perspectiva, a grade de cursos procurou abrir um leque de opções para o aprofundamento e debate das seguintes questões:

Curso 1: Estudo das Resoluções da Articulação de Esquerda (introdução, história da luta pelo socialismo, história do Brasil, história do PT e da AE, Governo Lula e perspectivas futuras)

Curso 2: Lutas de Massas e Luta Socialista: opções temáticas - sindical, mulheres e juventude.

Curso 3: Luta institucional e Luta Socialista: eleições, planejamento e propaganda política, ideológica e eleitoral.

Ainda que possa ser aprimorada e desenvolvida, esta proposta curricular a que chegamos após os desenvolvimentos das últimas jornadas e do debate travado na XI Conferência Nacional da AE, se configurou na prática como um bom ponto de apoio para avançarmos no processo de formação dialogando com as necessidades e expectativas da militância e nossas necessidades de conjunto enquanto tendência interna do PT.

Com a garantia de um núcleo comum de aulas a todos os cursos (introdução às resoluções da AE, sindicatos e luta socialista, feminismo e luta socialista, juventude e luta socialista, história do Brasil, história do PT, governo Lula e perspectivas futuras), cada curso específico pode ainda desenvolver suas temáticas próprias ao longo dos dois dias e meio.

Revelou-se extremamente acertada a opção de trazer para o núcleo comum os temas da juventude e da luta das mulheres, certamente os momentos das mais animadas polêmicas que revelaram tanto a importância das temáticas para o conjunto da militância, e não apenas para os setoriais, como a existência de várias questões interessantíssimas que merecem um debate mais organizado entre nós.

Deste ponto de vista, várias anotações devem alimentar contribuições das militantes e dos militantes presentes para as tribunas de debate de preparação do 1º Congresso da AE.

Merece destaque também a primeira tentativa organizada de construção de um curso visando a preparação da nossa militância para os processos eleitorais, tratando dos temas do planejamento e da propaganda política, ideológica e eleitoral. Sem dúvida foi um bom começo, que deixou a todos/as motivadas/os para prosseguirmos com mais companheiros/as nesta empreitada na próxima jornada de formação.

Em suma, uma avaliação positiva e o sentimento de que há muito trabalho coletivo pela frente para suprirmos as lacunas e aprimorarmos o trabalho coletivo.

Por fim, cabe um agradecimento especial às companheiras e aos companheiros da AE do Mato Grosso do Sul, que receberam a todos/as com extrema hospitalidade e companheirismo e se desdobraram nas tarefas de organização da jornada. ★

***Lício Lobo** é dirigente nacional da AE

Congresso extraordinário em setembro

O 4º. Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores determinou ao Diretório Nacional que promovesse, no primeiro semestre de 2011, um amplo debate acerca de nossa trajetória organizativa e dos desafios presentes e futuros, abordando os seguintes problemas político-organizativos:

a) O financiamento da atividade partidária;

b) O caráter coletivo das campanhas eleitorais do Partido;

c) A necessidade de aumentar o número de filiados e melhorar a vida orgânica do Partido;

d) A ampliação da democracia interna, inclusive garantindo formação política e comunicação interna regular para o conjunto dos filiados;

e) As experiências positivas e negativas verificadas no PED em 2001, 2005, 2007 e 2009;

f) O fortalecimento da capacidade dirigente das instâncias partidárias;

g) A combinação entre a agenda institucional do Partido e a necessidade de expandir as lutas e organizações sociais no país;

h) Capacitar o Partido para o debate ideológico e programático em curso na sociedade brasileira.

Com base na discussão sobre estes pontos, o Diretório Nacional deve aprovar diretrizes político-organizativas. A partir destas diretrizes, será realizada uma reforma do estatuto partidário.

De acordo com o artigo 246 de nosso Estatuto, que estabelece as exigências para sua modificação, o 4º. Congresso Nacional do Partido

dos Trabalhadores aprovou a formação de uma Comissão Nacional de Construção, Organização e Reforma do Estatuto – coordenada pelo ex-presidente do PT Ricardo Berzoini e composta por 15 membros obedecendo a proporcionalidade do PED de 2010. A chapa Esquerda Socialista possui dois integrantes nesta comissão.

Esta comissão deverá elaborar o projeto de reforma do Estatuto, a ser publicado e divulgado às instancias em todos os níveis para apresentação de emendas.

A aprovação final do novo Estatuto e das demais resoluções organizativas decorrentes do debate acima descrito, caberá aos mesmos delegados(as) do 4º. Congresso, que voltarão a se reunir em Congresso Extraordinário em setembro de 2011. O próximo PED deve ser realizado, no máximo em 2013, sob as regras aprovadas por este Congresso Extraordinário.★

ASSINE O JORNAL Página 13

CUPOM DE ASSINATURA

Não deixar de preencher nenhum dos campos

Nome: _____

Endereço: _____

_____ Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: ____ CEP: _____

Telefone: ( ) _____ Celular: ( ) _____

E-Mail: _____

Profissão: _____

Data da assinatura: ____/____/____ Vencimento ass.: ____/____/____

CPF: _____

Enviar o cupom para Associação de Estudos Página 13 (a/c de Sirlei A. Chaves), Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000 ou para o e-mail chaves.sirlei@gmail.com

PAGAMENTO através de depósito na conta do Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1 Rubens Alves da Silva

ASSINATURA NOVA BIANUAL
(48 edições, entre impressas e eletrônicas)

MILITANTE
( ) À VISTA R$ 110,00
( ) PARCELADA 4 X R$ 30,00, TOTAL R$ 120,00

ASSINATURA MILITANTE EM ATRASO

( ) R$ _____ ASSINATURA PROPORCIONAL 2010 E ASSINATURA 2011 (ATÉ DEZEMBRO)

Quando cai a máscara

*Antonio Eduardo**

Após trinta anos de uma ditadura apoiada pelas potências ocidentais, por Israel e pelas monarquias árabes, o povo egípcio dá ao mundo um exemplo de combatividade.

Milhões de jovens, pais e mães de família, operários, desempregados, comerciantes e profissionais liberais pedem a renúncia de Hosni Mubarak e a realização de eleições livres.

Ao perceberem que o exército egípcio não cumpria as ordens de disparar sobre seu próprio povo, Mubarak e seus aliados, num ato desesperado, mandaram policiais vestidos à paisana para as ruas, para espancar, apedrejar e arremessar bombas e "coquetéis molotov" sobre os manifestantes. Resultado de uma destas refregas: mais de 500 feridos e dezenas de mortos.

A intenção é criar a impressão de que "sem Mubarak, o caos tomará conta do principal país do mundo árabe".

Os mesmos policiais prenderam, espancaram e roubaram equipamentos de trabalho de jornalistas estrangeiros, entre os quais quatro brasileiros.

Enquanto em todo o mundo uma rede de solidariedade se forma, pedindo eleições livres e democracia no Egito, vozes do governo e da mídia israelense, como o deputado Binyamin El-Eliezer, que se diz amigo de Mubarak e até bem pouco era ministro do governo de Israel, não tem nenhuma vergonha em dizer em entrevista à Radio do Exército daquele país que, "se ocorrerem eleições como os americanos desejam, eu não ficaria nada surpreso se a Irmandade Muçulmana conquistasse metade das cadeiras do parlamento".

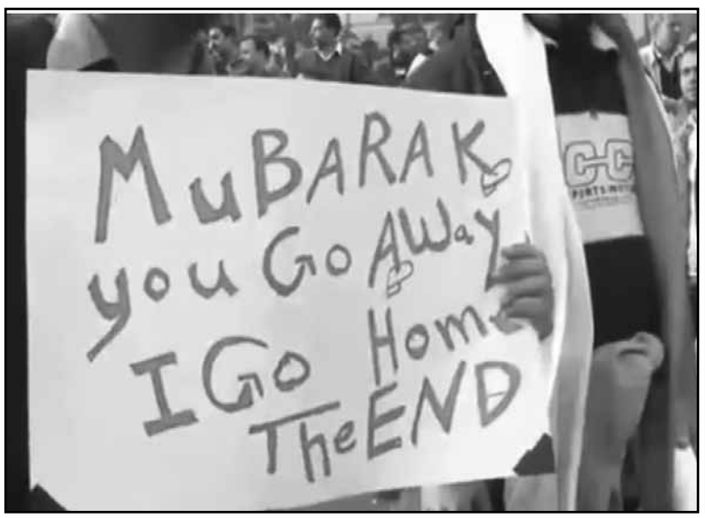
O jornal *O Estado de São Paulo*, que deu essa notícia, apoiou na mesma matéria a posição anti-democrática de Eliezer, fazendo coro com os que não desejam a democracia no Egito.

(Para os que desejarem conhecer estas declarações do jornal e da direita de Israel, ao qual esse jornal da família Mesquita parece dependente e subordinado, basta acessar: http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,governo-israelense-critica-postura-de-obama-sobre-crise-no-egito,674868,0.htm)

Pensamos exatamente o oposto do *Estadão*: o povo egípcio e todos da região devem ter governos eleitos democraticamente para os representarem e não governos-fantoches, cujos dirigentes sejam comprados, subornados e comandados por outros países.

Queremos eleições livres no Egito, como forma de vencer o desemprego e a miséria! Chega de intromissão de governos estrangeiros nos assuntos dos governos do Oriente Médio! ★

***Antonio Eduardo** é militante do PT de São Paulo. Texto escrito em 5 de fevereiro. Esperamos que quando o jornal tiver sido publicado, a ditadura tenha caído e o povo vencido.



A opinião de um rabino

*Rabino Michael Lerner**

Página 13 publica, abaixo, texto de um rabino em apoio ao levante do povo egípcio contra a ditadura de Mubarak. Embora não compartilhemos várias de suas posições, consideramos importante como expressão de nossa solidariedade para com a esquerda que, em Israel, está sendo vítima de um duro ataque da direita que governa aquele país.

Logo após a vitória sobre o ditador da Tunísia e o levante no Egito, meu e-mail foi inundado com mensagens de judeus de todo mundo, dizendo que estão esperançosos e rezando para a vitoria do povo egípcio sobre o cruel regime de Mubarak.

Mesmo que um pequeno segmento de judeus tenha respondido às vozes da direita israelense, que lamenta as mudanças e teme que um governo democrático traga ao poder extremistas fundamentalistas que queiram destruir Israel e romper o tão custoso tratado que produziu a paz entre Egito e Israel nos últimos 30 anos, a maioria dos Judeus está mais esperançosa do que amedrontada.

Sem dúvida, os que estão preocupados, sabem do ponto fraco. Israel aliou-se com regimes repressivos no Egito e usou essa aliança para assegurar que as fronteiras com Gaza continuarão fechadas enquanto Israel tentava sabotar economicamente o regime do Hamas, negando a passagem de suprimentos de comida, equipamentos e materiais para a reconstrução depois do ataque devastador de Israel em dezembro e janeiro de 2009. Se o povo egípcio vencer, as chances são muito maiores de alinharem-se com o Hamas do que com o bloqueio israelita de Gaza.

Ainda é impossível para os judeus esquecermo-nos da nossa herança como vítimas de outro tirano egípcio, o Faraó, que teve sua força bruta vencida quando os escravos israelitas conseguiram escapar do Egito a 3000 anos atrás. Essa historia de libertação, contada a cada ano na nossa celebração da Páscoa e lida nas sinagogas no mês passado, frequentemente tem predisposto a maioria dos judeus a alinharem-se com aqueles que estão lutando por sua liberdade em todo o mundo.

Assistir centenas de milhares de egípcios cortando as correntes da opressão e o legado de um regime totalitário que constantemente encarcerou, torturou ou assassinou seus opositores é lembrar que as graças de Deus continuam a florescer não importa quanto os regimes opressivos tentem manter-se no poder e que no final, o clamor por liberdade e democracia não pode mais ser totalmente escondido, não importa quão cruel e sofisticadas as elites da riqueza, poder e da força militar pareçam ser.

Muitos judeus têm alertado Israel de que é um erro aliar-se com esse tipo de regimes, tal como nós temos alertado os Estados Unidos para que aprendessem sobre sua aliança com o Xá do Irã.

Nós temos encorajado Israel a libertar o povo palestino, acabando com a ocupação da margem ocidental do Rio Jordão e com o bloqueio a Gaza. A segurança de Israel no longo prazo, não será assegurada através de dominação militar ou econômica, mas somente agindo de uma forma generosa e caridosa com relação, não só com o povo palestino, mas com todos os seus vizinhos árabes.

Igualmente, a segurança interna dos Estados Unidos será mais atendida através de uma estratégia de generosidade e de caridade, manifestada através de um "Plano Marshalll Global" apresentado na Câmara de Representantes pelo deputado Keith Ellison.

Em tempos normais, quando as forças da repressão parecem estar vencendo, esse tipo de pensamento é desprezado como sendo "utópico"pelos "realistas" que modelam o discurso político.

Mas quando eventos como os levantes na Tunísia e no Egito acontecem, os políticos e a mídia, por um momento, ficam tão chocados que permitem que um tipo diferente de pensamento emerja, o tipo de pensamento que reconhece que debaixo de todos os comportamentos usuais dos povos do mundo, o clamor por um mundo baseado na solidariedade, caridade por cada um dos demais, liberdade, auto-determinação, justiça, não –violência e sim, amor e generosidade, permanece sendo uma sede potente e inesgotável, que pode ser temporariamente reprimida mas nunca completamente extinta.

É este reconhecimento que leva muitos judeus a juntar-se ao resto dos povos do mundo, celebrando o levante e rezando para que ele não seja manipulado pelo velho regime para caminhos que muito rápido irão transformar as esperanças em um novo tipo de ordem em economia e política usadas, ou tentativas extremistas de dirigir a raia contra as elites que foram a fonte da opressão egípcia contra os judeus ou Israel, que não são responsáveis pelo sofrimento do povo egípcio.

Nós esperamos que possa chegar ao povo egípcio a notícia de que muitos, no mundo judeu, dão a eles forte apoio. Nós não estamos sendo evasivos como Obama – nós queremos a queda de Mubarak, a libertação de todos os prisioneiros políticos, a redistribuição da riqueza de uma forma justa, julgamento daqueles que perpetraram a tortura e outras formas de injustiça e a democratização da vida egípcia em todos os seus aspectos. ★

***Michael Lerner** é o editor da revista *Tikkun*, presidente da Rede Ecumênica de Espiritualidade Progressista e rabino da Sinagoga Beyt Tikkun, em Berkeley, California.

REGIMENTO DO 1º CONGRESSO DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

1. O 1º Congresso Nacional da AE se realizará nos dias 5, 6 e 7 de agosto de 2011, em São Paulo (SP), para debater a seguinte pauta:

a) balanço do período, até eleição de 2010;

b) estratégia e programa para o próximo período;

c) conjuntura e tática;

d) construção do PT e da AE;

e) eleição da nova direção nacional.

1.1. O secretariado nacional pode, por maioria absoluta de seus integrantes, alterar a data do 1º Congresso, levando em conta a agenda do PT;

QUEM PODE VOTAR E SER VOTADO

2. Para votar e ser votado em qualquer etapa do 1º Congresso, é necessário ser assinante do Página 13 e estar em dia com a assinatura referente a todo o ano de 2010 e 2011 (janeiro-dezembro);

a) todo dia primeiro de cada mês, será divulgada a lista de militantes aptos a votar no Congresso, bem como a lista de militantes da AE em atraso com a assinatura do jornal Página 13 (ou seja, que deixaram de pagar em algum momento entre 2010 e hoje);

b) A lista indicará o nome do militante e o número de meses atrasados e o valor que deve ser pago (somando os meses em atraso de 2010 mais a assinatura de 2011, considerando como base o valor da assinatura bianual militante).

c) A lista será enviada para as direções municipais e estaduais, que devem realizar campanhas de assinatura e conferir, no credenciamento dos respectivos congressos, se os militantes estão em dia.

2.2. Militantes do PT que ainda não são militantes da AE poderão ingressar na tendência, fazendo a assinatura bianual militante do Página 13, até o dia do respectivo congresso municipal de base, desde que não haja recurso contra sua filiação à tendência.

a) Nestes casos, de quem não é militante da AE, é necessário fazer a assinatura do Página 13, mas não será necessário estar em dia com as assinaturas de 2010, bastando estar em dia com a assinatura bianual militante do Página 13;

2.3.Militantes que se afastaram da tendência ou foram afastados por decisão de instância da tendência, não poderão votar nem ser votados em nenhuma fase do processo, salvo decisão em contrário da instância competente;

2.4. A ata do congresso de base deve relacionar nominalmente os militantes que renovaram ou que fizeram novas assinaturas do Página 13, para o caso de haver contestação e recurso às instâncias superiores datendência, permitindo assim eventual recontagem do número de delegados eleitos.

CONGRESSOS DE BASE

3. Os congressos de base devem ocorrerentre abril e maio de 2011:

a) Cabe às direções estaduais aprovar o calendário proposto pelas direções municipais e acompanhar os congressos de base;

b) Cabe às direções estaduais definir a abrangência dos congressos de base, que podem ser municipais ou regionais (agrupando vários municípios);

c) A pauta dos congressos de base é a

mesma do 1º Congresso Nacional. O tratamento de outros assuntos só pode ser feito depois que for esgotada a pauta nacional;

d) Os/as militantes da AE só podem votar e ser votados em um único congresso de base.

e) caso algum militante não possa participar do Congresso de Base na região onde milita, pode comunicar através da lista nacional da AE que o fará em outro Congresso de Base;

f) militantes da AE que não tenham podido participar dos congressos de base, poderão participar da votação para delegados nacionais através de urna especial durante os congressos estaduais. Neste caso, a proporção será: 1 delegado nacional para cada 16 militantes. Atenção: só poderão votar desta forma militantes que constem na lista de MILITANTES APTOS A VOTAR ou na lista de MILITANTES EM ATRASO, divulgadas pela direção nacional da AE no dia 1 do mês em que o Congresso Estadual estiver sendo realizado;

CONGRESSOS ESTADUAIS

4. Os congressos estaduais da AE devem se realizar nos meses de junho e julho de 2011.

5. Nos estados onde a AE não possui direção estadual organizada, os respectivos congressos estaduais devem ser acompanhadas pela Direção Nacional da tendência;

6. Fica autorizada, nos estados onde não há direção estadual organizada, a realização facultativa de um congresso estadual sem congressos municipais preparatórios, sendo que neste caso a proporção para a eleição dos delegados nacionais será de 1 delegado para cada 16 militantes presentes no congresso estadual;

6.1.Nos estados onde há direção estadual organizada, esta pode solicitar ao Secretariado Nacional autorização para realizar congresso estadual sem congressos municipais preparatórios;

6.2.Esta autorização deve ser solicitada, concedida ou negada até no máximo o dia 30 de maio de 2011;

ELEIÇÃO DE DIREÇÕES E DEBATE DE OUTRAS PAUTAS

7.A eleição das direções municipais será feita nos Congressos municipais. Só poderão votar e ser votados os assinantes do Página 13 que também estejam em dia com os critérios da política de finanças municipal. Importante: um militante que não esteja em dia com os critérios da política de finanças municipal poderá votar (e ser votado) na eleição de delegados ao congresso estadual da AE. Para garantir isto, no momento da votação, a direção municipal deve organizar duas listas de votação (uma para eleição da direção municipal e outra para eleição de delegados ao congresso estadual);

8.A eleição das direções estaduais será feita nos Congressos estaduais. Só poderão votar e ser votados os assinantes do Página 13 que também estejam em dia com os critérios da política de finanças estadual. Importante: um militante que não esteja em dia com os critérios da política de finanças estadual poderá votar (e ser votado) na eleição de delegados ao congresso nacional da AE. Para garantir isto, no momento da votação, a direção estadual deve organizar duas listas de votação (uma para eleição da direção municipal e outra para eleição de delegados ao congresso nacional);

9.As respectivas direções municipais podem, no ato do credenciamento, entregar a cada delegado dois crachás distintos, um que dá direito a participar do debate da pauta municipal e da eleição da direção municipal e outro que dá direito a participar do debate da pauta nacional e da eleição dos delegados aos congressos estaduais. Ou podem entregar um único crachá, sendo que neste caso todos os delegados participarão do debate da pauta nacional e municipal, sendo que no momento da eleição da direção votarão apenas os que estiverem em dia com a política municipal de finanças.

10.As respectivas direções estaduais podem, no ato do credenciamento, entregar a cada delegado dois crachás distintos, um que dá direito a participar do debate da pauta estadual e da eleição da estadual municipal e outro que dá direito a participar do debate da pauta nacional e da eleição dos delegados aos congressos estaduais. Sempre ficando claro que o único critério para votar e ser votado para delegado é ser assinante em dia do Página 13. Ou podem entregar um único crachá, de forma que todos os delegados participarão do debate da pauta nacional e estadual, sendo que no momento da eleição da direção votarão apenas os que estiverem em dia com a política municipal de finanças.

ELEIÇÃO DE DELEGADOS

11. A proporção de delegados é a seguinte:
a) 1 delegado estadual para cada 4 militantes presentes no congresso de base;

b) 1 delegado nacional para cada 4 delegados presentes no congresso estadual;

12.A ata das conferências, relacionando os delegados eleitos e os suplentes, deve ser

encaminhada à Direção Nacional até o dia 1 de agosto de 2011.

13.Caso as direções estaduais não encaminhem as informações até o dia 1 de agosto, o credenciamento dos delegados só poderá ser feito por decisão da comissão de credenciamento.

CONGRESSO NACIONAL

14.O quorum para instalação e deliberaçãodo I Congresso é de 50% mais 1 dos delegados eleitos nos congressos estaduais.

15. Participam da I Congresso Nacional:

a) Com direito a voz e voto, delegados/as eleitos nos congressos estaduais preparatórios;

b) Com direito a voz, nos momentos autorizados pela Mesa, todos/as os/as militantesda AE;

c) Sem direito a voz, salvo nos momentosprevistos neste Regimento, convidados/as a

critério da Direção Nacional da AE, em especial militantes da esquerda petista e representantes de outros setores do Partido;

d) Na sessão de abertura do Congresso, toda a militância petista.

16. Só serão credenciados/as os/as delegados/ as e militantes que:

a) estejam com assinaturas em dia do Página 13, conforme explicado no ponto 2 deste regimento;

b) cujos estados de origem estejam em dia com suas contribuições financeiras com a Nacional até o dia 15 de junho de 2011.

Este pagamento pode ser feito a qualquermomento e até o dia do credenciamentodos delegados ao Congresso Nacional;

c) a tesouraria nacional divulgará, no dia 1 de cada mês, a lista de estados em débito com a Nacional, bem como o respectivo valor devido;

PROGRAMAÇÃO E REGIMENTO INTERNO

17.A Programação e o Regimento Interno da Conferência serão submetidos à aprovação dos delegados, no dia 5 de agosto;

18. Aprovado o Regimento Interno e a programação, os delegados devem:

a) eleger a Mesa Diretora dos trabalhos, a comissão de emendas e a comissão eleitoral;

b) homologar ou alterar a comissão de credenciamento indicada pela direção nacional ou pelo secretariado nacional;

19. A Mesa Diretora dos trabalhos deve ser integrada por 3 membros, que dividirão entre si as tarefas de condução do I Congresso.

20. A comissão de emendas deve ser integrada por 3 membros, cabendo recolher todas as propostas de alteração do texto-base e apresentar, para a Mesa Diretora, aquilo que deve ser submetido à deliberação dos delegados.

20. A comissão eleitoral, composta por 3 membros, será eleita pelo Congresso e terá como tarefa receber a inscrição das candidaturas à direção nacional da AE e à comissão de ética nacional. A comissão eleitoral terá como tarefa, também, organizar a eleição da nova direção e da nova comissão de ética;

21. A comissão de credenciamento será indicada pela Direção Nacional da AE e composta por 3 membros, a quem compete credenciar os delegados, os convidados e observadores, bem como avaliar os recursos existentes e apresentar, à Mesa Diretora, aquilo que deve ser submetido à deliberação dos delegados;

TEXTO-BASE

22. 0 1º Congresso elegerá, logo após a eleição da Mesa, da comissão de emendas e da comissão eleitoral, um texto-base.

23. As propostas de texto-base devem ser registradas junto ao secretariado nacional da AE, a partir do dia 30 de março de 2011 e até o dia 30 de julho de 2011. As propostas de texto-base devem versar sobre cada ponto da pauta do Congresso.

24. Para registrar um texto-base é necessário a assinatura de:

a) um membro da Direção Nacional;

b) ou 10 assinaturas de dirigentes estaduais, distribuídos por no mínimo 10 estados (portanto, 1 dirigente por estado);

c) ou 20 militantes de base em dia com suas assinaturas do Página 13.

25. O Página 13 eletrônico divulgará, até 30 de julho de 2011, com edições quinzenais ou mensais, uma Tribuna de Debates do I Congresso da AE, onde serão publicados tanto propostas de texto-base, quanto artigos assinados por militantes em dia, bem como textos assinados por amigos da AE convidados pelo secretariado nacional a se manifestar.

26. O Página 13 divulgará três edições especiais, com as propostas de texto-base:

a) em sua edição da primeira quinzena de abril, em papel e por meio eletrônico, de maneira que esta edição esteja disponível nos congressos de base;

b) em sua edição da primeira quinzena de junho de 2011, em papel e por meio eletrônico, de maneira que esta edição esteja disponível nos congressos estaduais;

c) em sua edição da primeira quinzena de agosto de 2011, em papel e por meio eletrônico, de maneira que esta edição esteja disponível no Congresso Nacional;

d) Página 13 divulgará, nas edições anteriormente referidas, os textos que forem enviados com as assinaturas exigidas. Para fins de publicação, um texto base poderá ter no máximo 10 mil caracteres. Textos maiores que isso serão parcialmente publicados, com a íntegra disponibilizada em versão eletrônica.

DEBATE NO CONGRESSO

27. Após a aprovação do texto-base, os delegados ao I Congresso nacional debaterão em plenária geral e/ou em grupos de discussão

28. Haverá na programação espaço para reunião das plenárias setoriais e das frentes de trabalho da tendência

ELEIÇÃO DA DIREÇÃO

29. As chapas que disputarão a direção nacional devem se inscrever até as 14h00 do dia previsto para a eleição da direção (ver programação abaixo). A eleição das delegações e das direções será feita, tanto nos congressos municipais, estaduais e nacional, com base no estipulado pelo regimento interno da AE, ou seja, em caso de mais de uma chapa, proporcionalidade na composição das delegações e majoritariedade na composição das chapas (noutras palavras, havendo mais de uma chapa para eleição das direções, a chapa vencedora ocupará todos os postos da direção).

PROGRAMAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

5 de agosto

9h00 abertura do credenciamento

10h00 Reunião das frentes de trabalho

14h00 Plenárias setoriais

19h00 ato político de abertura do Congresso

6 de agosto

9h00 instalação do Congresso, leitura do regimento interno, composição da mesa, da comissão de emendas, da comissão eleitoral, da comissão de credenciamento;

10h00 apresentação, debate e votação em plenária dos textos-base

11h00 emendas ao texto-base sobre balanço do período

12h00 almoço

14h00 emendas ao texto-base sobre estratégia e programa

17h00 emendas ao texto-base sobre conjuntura e tática

20h00 jantar

7 de agosto

9h00 inscrição das chapas (direção e comissão de ética)

9h00 emendas ao texto base sobre construção do PT e da AE

11h00 apresentação, defesa, votação das chapas, apuração, proclamação do resultado

12h00 encerramento/almoço

14h00 reunião da nova direção nacional e da nova comissão de ética

30.A direção nacional recomenda a adoção da paridade de gênero, nas delegações e direções eleitas em todos os níveis.

31. Questões omissas neste regimento deverão ser decididas pela Mesa Diretora, cabendo recurso ao plenário de delegados. ★

Grandes desafios

As mulheres da Articulação de Esquerda realizaram plenária nacional no último 5 de fevereiro, em Brasília. Trabalhadoras urbanas e rurais, jovens, negras, lésbicas, parlamentares, dirigentes sindicais e partidárias, militantes feministas, representando 14 estados brasileiros. Juntas, as 70 mulheres debateram os desafios do governo Dilma, em especial a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

A Ministra Iriny Lopes apontou os desafios que teremos no próximo período à frente do ministério das Mulheres. O assunto foi alvo de debate entre as companheiras e companheiros da Articulação de Esquerda, que discutiram apontar o foco estratégico da SPM, se inserindo no grande programa da Presidenta Dilma, de erradicação da pobreza extrema. O Ministério terá como eixo o desenvolvimento da autonomia plena das mulheres, por meio da inserção das mulheres no mercado de trabalho, ampliando a estrutura de "proteção social", como também o compromisso da construção de creches, atendimento da saúde integral da mulher, educação e outros instrumentos do Estado que faça a divisão do trabalho doméstico. Mudar a vida das mulheres é alterar a estrutura econômica e social da população brasileira.

Em grupos diversos, discutimos a realidade da mulher brasileira, a plataforma para agenda política das mulheres no governo federal e a organização da tendência no partido, nos movimentos sociais e na institucionalidade. É importante que a Articulação de Esquerda dê conta dos novos desafios no próximo período.

Por sugestão da plenária, a Direção Nacional da AE aprovou a constituição de um grupo de trabalho que será composto por uma companheira e uma suplente, indicadas pelas direções estaduais.